

A LÍNGUA MIRANDESA

Resposta para algumas perguntas

O que é o mirandês?

O mirandês é uma língua falada no Nordeste de Portugal, já desde antes da fundação da nacionalidade. Apesar de apenas em 1999, com a lei nº 7/99, de 29 de Janeiro, o mirandês ter sido oficialmente reconhecido como língua, Portugal foi sempre um país bilingue, embora até há bem pouco tempo fosse apresentado como o único país monolíngue da Europa. Afinal, também aqui se confirmava a ideia de que o bilinguismo ou o multilinguismo dos países é a regra e não a excepção.

Onde se fala mirandês?

A língua mirandesa é falada em todas as aldeias do concelho de Miranda do Douro, com excepção de duas (Atenor e Teixeira), e em três aldeias do concelho de Vimioso (Vilar Seco, Angueira e Caçarelhos), no distrito de Bragança. A área ocupada pela região onde se fala o mirandês tem à volta de 500 km² de superfície e situa-se na fronteira com a província espanhola de Zamora. O mirandês é também falado por muitos mirandeses que imigraram para as principais cidades do país ou que emigraram para o estrangeiro.

Na cidade de Miranda do Douro não se fala mirandês, segundo alguns autores desde o início do século XVII, mas a língua tem vindo a regressar à cidade através de pessoas das aldeias que, nos últimos anos, aí têm vindo a fixar residência. Também desde há alguns anos as crianças da cidade usufruem do ensino da língua mirandesa nas escolas públicas.

O espaço onde se falou mirandês ou outras variedades do leonês já foi bastante mais vasto, incluindo, em traços gerais, toda a zona do distrito de Bragança que se situa entre a margem esquerda do rio Sabor e a fronteira com Espanha. Terá sido assim na Alta Idade Média, regredindo progressivamente em direcção à fronteira. Além do mirandês, outras falas astur-leonesas se mantiveram até há pouco tempo na zona fronteira do concelho de Bragança, em particular em Rio de Onor, Guadramil, Deilão e Petisqueira.

Apesar de já não se falar mirandês nessa região mais vasta, ainda pode falar-se de uma cultura comum, em particular na área correspondente à medieval Terra de Miranda.

Quantas pessoas falam mirandês?

Não existe um cálculo rigoroso do número de falantes de mirandês. No fim do século XIX, José Leite de Vasconcelos calculou que seriam 15 000 e esse número tem vindo a ser repetido, sem critério. Se outras razões não existissem, bastaria ter em conta a diminuição da população nos últimos 30 anos para que tal número não possa já ser aceite.

Recentemente têm-se apresentado números que variam entre os 6000 falantes, contando apenas os residentes na região de origem, e os 10 000, contando também os imigrantes e emigrantes. Na fixação desses números tem-se também em conta o menor ou maior conhecimento da língua e o seu uso menos ou mais regular.

Independentemente dos números, refira-se que a extinção da língua mirandesa já foi anunciada por vários autores desde o século XIX, chegou até a dizer-se que não iria além dos anos 80 do século XX, mas a verdade é que ela continua viva.

Apesar de viva, a língua mirandesa tem vindo a sofrer alguma erosão, em particular desde meados do século passado. O facto explica-se, numa primeira fase com o impacto da vinda de milhares de falantes de português para construção das barragens do Douro internacional, Picote, Bemposta e Miranda do Douro, e depois com a generalização do ensino, da rádio e da televisão e, em geral, com a melhoria das condições de mobilidade das pessoas.

Hoje a língua mirandesa é ameaçada na sua sobrevivência tanto por factores internos, em particular a desertificação da região onde se fala e o enfraquecimento do modo de transmissão familiar, como por factores externos, em particular os resultantes da pressão exercida pelos meios de comunicação social, pela escola e pelos meios considerados de sucesso económico, em particular a empregabilidade.

Qual a origem da língua mirandesa?

A língua mirandesa tem a sua origem num dos romances que se formaram na Península Ibérica a partir do latim, o romance que deu origem à família de línguas astur-leonesas – onde a língua mirandesa se integra –, que se formaram a partir dos séculos VI-VIII. Essa era a língua do reino de Leão, com excepção da zona galaico-portuguesa. Nessa altura era a língua da corte e dos mosteiros, escrita em milhares de documentos até aos séculos XIII-XIV. Desde a sua fundação, a fronteira política de Portugal não coincide com a fronteira linguística. Sempre se falou outra língua em Portugal, além do português, a língua mirandesa. Esta é, portanto, a justo título, uma língua de Portugal, elemento essencial da sua história, da sua cultura e da sua identidade.

Alguns autores procuraram demonstrar que o mirandês não era originário da terra de Miranda, mas se devia a colonização leonesa nos séculos XIII e XIV, quer pelos frades do Mosteiro de Moreruela quer por outros colonos leoneses. Porém, sabemos hoje que: essa colonização foi muito pouco profunda e se limitou a algumas aldeias da terra de Miranda; em documentos do século XII, relativos à terra de Miranda, já encontramos topónimos escritos numa língua com as características da língua mirandesa, como é o caso da doação do reguengo de Palaçoulo por D. Afonso Henriques, em 1172, a Pedro Mendes, *L Tiu*; que houve continuidade de povoamento da terra de Miranda desde antes da fixação dos romanos nesta região, habitada por uma específica tribo astur, os zoelas ou zelas.

A partir da criação da vila de Miranda, em 1289, mas sobretudo a partir do século XVI com a elevação de Miranda do Douro a cidade e a criação do bispado (1545), a língua mirandesa enveredou por caminhos que lhe fizeram ganhar características próprias no conjunto das línguas astur-leonesas, embora sem pôr em causa a sua pertença a essa família de línguas. As características próprias que o mirandês veio a ganhar exigem a sua consideração como língua, e não como mera expressão dialectal de alguma outra língua astur-leonesa.

Tal como a língua mirandesa, também outras línguas astur-leonesas ganharam algumas características próprias, de que é exemplo o asturiano, falado no principado das Astúrias e reconhecido como língua por estatuto do principado. Apesar das diferenças, essas várias línguas nunca perderam o ar de família que as continua a unir, quer em termos estruturais quer em termos históricos. É nessa base de reconhecimento dos laços históricos comuns, mas de aceitação das diferenças que os ventos da história lhe fizeram ganhar, que é possível restabelecer e desenvolver laços seguros entre as várias línguas leonesas, sem minorizar quem quer que seja. Esse é um processo delicado, necessariamente lento, e que vai exigir ainda muito trabalho.

Como se deu o processo de minorização da língua mirandesa?

O desaparecimento do Reino de Leão privou a língua astur-leonesa de um centro de poder que permitisse a sua irradiação e, sobretudo, a sua uniformização e consolidação como língua, levando ao seu acantonamento progressivo nas zonas rurais.

Nessa situação, as línguas astur-leonesas, e também o mirandês, ficaram excluídas dos grandes movimentos culturais dos séculos XV-XVI, como o humanismo e o renascimento, que permitiram o enorme salto dado pelas línguas de poder, ditas nacionais, como o português e o castelhano. É por essa altura que se inicia ou acentua o processo de minorização dessas línguas, bem expresso, por exemplo, em alguns autos de autores teatrais do século XVI como Juan del Encina, em Espanha, e Gil Vicente, em Portugal, mas presente como tópico obrigatório em quase todos os autores desse tempo, incluindo Miguel de Cervantes. É por este período que culminam os processos de implantação das chamadas línguas nacionais, quer como línguas da administração pública, quer como línguas institucionais em geral. De grande eficácia institucional foi o chamado movimento para «rezar em lingoagem» (português), desencadeado e imposto pelas Constituições Episcopais, sobretudo nos séculos XV e XVI, que impôs o português como a única língua digna de falar com Deus.

Sobretudo desde essa altura, o mirandês passou a ser considerado como fala de gente inculta, como «fala charra» ou «fala caçurra», objecto de chacota. A regra a seguir, por parte da quase totalidade dos mirandeses letrados, era abandonar a fala materna em favor da língua «grave», o português. Havia-se perdido o elo com a sua origem histórica, e essa perda de memória histórica

levou a que lançasse raízes a ideia de que o mirandês não era uma língua outra, mas um português mal falado, uma mera variedade do português, própria de gente atrasada e inculta. A mesma perda de memória histórica é responsável por tanta gente ter estranhado o reconhecimento, através de lei, do mirandês como língua. Também por isso, alguns ainda pensam que o mirandês nasceu como língua em 1999, mas a lei limitou-se a reconhecer o que já era uma língua há centenas de anos.

Porque se manteve o mirandês até aos nossos dias?

A maioria dos autores tem atribuído a manutenção da língua mirandesa a dois factores fundamentais: o isolamento em relação ao resto do país; a contínua e profunda relação com os povos do outro lado da fronteira, em particular das regiões de Aliste e de Sayago.

O argumento do isolamento não tem qualquer fundamento: por um lado a terra de Miranda não estava mais isolada do que as terras contíguas, onde deixou de se falar mirandês; por outro lado, a partir da criação do bispado de Miranda e da elevação de Miranda do Douro a cidade (1545), esta passa a ser um centro de poder e de cultura, com um número razoável de pessoas letradas e em estreito contacto com o resto do país; fundamental é dizer-se que os mirandeses são, pelo menos, bilingues desde há vários séculos, isto é, falam o mirandês e o português, o que não sucederia se o isolamento fosse o que se diz.

O argumento do estreito contacto com as regiões fronteiriças contíguas, sobretudo Aliste e Sayago, faz todo o sentido, já que se falava leonês dos dois lados da fronteira, pelo menos até fins do século XIX ou princípios do século XX.

A este argumento há a acrescentar o facto de o mirandês ser uma língua, isto é, dispondo de mecanismos geradores do seu desenvolvimento, geradora de forte consciência linguística e com capacidade de autosubsistência.

Por fim, há ainda que referir o sistema de uso diferenciado do português e do mirandês, de modo muito rígido, permitindo a subsistência e desenvolvimento de ambas as línguas em simultâneo. Este uso diferenciado, sobretudo a partir do século XVI, pode ser assim resumido: o português é a língua institucional e de contacto com elementos estranhos à comunidade; o mirandês é a língua da comunidade, quer nas relações sociais e familiares, quer nas relações de trabalho.

O mirandês é uma língua ou um dialecto?

As palavras «língua» e «dialecto» nem sempre têm o mesmo significado para os diversos autores. Porém, é geralmente aceite que uma língua se distingue de um dialecto pelo seu reconhecimento político, o aconteceu com o mirandês através da lei 7/99, de 29 de Janeiro, aprovada pela Assembleia da República. Tal significa que a distinção é colocada em aspectos externos à própria língua, o que diz bem da manipulação política, e até ideológica, a que aquelas palavras estão sujeitas.

Uma língua existe sempre que estejamos perante um sistema linguístico gramaticalmente perfeito e com características distintivas próprias, o que é reconhecido ao mirandês desde que, nos fins do século XIX, foi estudado por José Leite de Vasconcellos.

O uso da língua, independentemente do nome e qualquer que ela seja, é um direito fundamental que radica na dignidade de cada uma das pessoas que a falam, bem como da comunidade que através dela se expressa e se identifica. Esta é a questão essencial.

Quais são as principais características da língua mirandesa?

Apresentam-se de seguida apenas as principais características, sem as esgotar. Faz-se uma comparação com o português e com o castelhano, para melhor fazer ressaltar essas características, que nuns casos a diferenciam e noutros casos a aproximam de uma ou outra dessas línguas:

- o mirandês (salvo no dialecto sendinês) palatiza o 'l' inicial, o que não acontece em português nem em castelhano: *lhuna* – lua (port.), luna (cast.); *lhana* – lã (port.), lana (cast.);
- há uma série de ditongos crescentes que afastam o mirandês tanto do português como do castelhano: *castielho* – castelo (port.), castillo (cast.); *tierra* – terra (port.), tierra (cast.); *fuonte* –

levou a que lançasse raízes a ideia de que o mirandês não era uma língua outra, mas um português mal falado, uma mera variedade do português, própria de gente atrasada e inculta. A mesma perda de memória histórica é responsável por tanta gente ter estranhado o reconhecimento, através de lei, do mirandês como língua. Também por isso, alguns ainda pensam que o mirandês nasceu como língua em 1999, mas a lei limitou-se a reconhecer o que já era uma língua há centenas de anos.

Porque se manteve o mirandês até aos nossos dias?

A maioria dos autores tem atribuído a manutenção da língua mirandesa a dois factores fundamentais: o isolamento em relação ao resto do país; a contínua e profunda relação com os povos do outro lado da fronteira, em particular das regiões de Aliste e de Sayago.

O argumento do isolamento não tem qualquer fundamento: por um lado a terra de Miranda não estava mais isolada do que as terras contíguas, onde deixou de se falar mirandês; por outro lado, a partir da criação do bispado de Miranda e da elevação de Miranda do Douro a cidade (1545), esta passa a ser um centro de poder e de cultura, com um número razoável de pessoas letradas e em estreito contacto com o resto do país; fundamental é dizer-se que os mirandeses são, pelo menos, bilingues desde há vários séculos, isto é, falam o mirandês e o português, o que não sucederia se o isolamento fosse o que se diz.

O argumento do estreito contacto com as regiões fronteiriças contíguas, sobretudo Aliste e Sayago, faz todo o sentido, já que se falava leonês dos dois lados da fronteira, pelo menos até fins do século XIX ou princípios do século XX.

A este argumento há a acrescentar o facto de o mirandês ser uma língua, isto é, dispondo de mecanismos geradores do seu desenvolvimento, geradora de forte consciência linguística e com capacidade de autosubsistência.

Por fim, há ainda que referir o sistema de uso diferenciado do português e do mirandês, de modo muito rígido, permitindo a subsistência e desenvolvimento de ambas as línguas em simultâneo. Este uso diferenciado, sobretudo a partir do século XVI, pode ser assim resumido: o português é a língua institucional e de contacto com elementos estranhos à comunidade; o mirandês é a língua da comunidade, quer nas relações sociais e familiares, quer nas relações de trabalho.

O mirandês é uma língua ou um dialecto?

As palavras «língua» e «dialecto» nem sempre têm o mesmo significado para os diversos autores. Porém, é geralmente aceite que uma língua se distingue de um dialecto pelo seu reconhecimento político, o aconteceu com o mirandês através da lei 7/99, de 29 de Janeiro, aprovada pela Assembleia da República. Tal significa que a distinção é colocada em aspectos externos à própria língua, o que diz bem da manipulação política, e até ideológica, a que aquelas palavras estão sujeitas.

Uma língua existe sempre que estejamos perante um sistema linguístico gramaticalmente perfeito e com características distintivas próprias, o que é reconhecido ao mirandês desde que, nos fins do século XIX, foi estudado por José Leite de Vasconcellos.

O uso da língua, independentemente do nome e qualquer que ela seja, é um direito fundamental que radica na dignidade de cada uma das pessoas que a falam, bem como da comunidade que através dela se expressa e se identifica. Esta é a questão essencial.

Quais são as principais características da língua mirandesa?

Apresentam-se de seguida apenas as principais características, sem as esgotar. Faz-se uma comparação com o português e com o castelhano, para melhor fazer ressaltar essas características, que nuns casos a diferenciam e noutros casos a aproximam de uma ou outra dessas línguas:

- o mirandês (salvo no dialecto sendinês) palatiza o 'l' inicial, o que não acontece em português nem em castelhano: *lhuna* – lua (port.), luna (cast.); *lhana* – lã (port.), lana (cast.);
- há uma série de ditongos crescentes que afastam o mirandês tanto do português como do castelhano: *castielho* – castelo (port.), castillo (cast.); *tierra* – terra (port.), tierra (cast.); *fuonte* –

fonte (port.), fuente (cast.); *buono* – bom (port.), *bueno* (cast.); *ferruolho* – ferrolho (port.), *cerrojo* (cast.);

- o mirandês conserva o 'l' e o 'n' intervocálicos, que caem no português (mas não em castelhano): *arena* – areia; *tener* – ter; *pila* – pia; *malo* – mau;

- o 'll' e o 'nn' duplos intervocálicos latinos palatizaram-se em mirandês, mas não em português: *cabalho* – cavalo; *canha* – cana.

É também de referir:

- o 'f' latino conserva-se em mirandês e português, mas não em castelhano: *afogar-se* – ahogarse; *forno* – horno;

- a nasal 'ão' portuguesa não existe no mirandês (salvo em um tipo de casos no dialecto sendinês): *son* – são; *pan* – pão; *armano* – irmão.

- a inexistência de vogais altas átonas em início de palavra (ex. *einemigo*, inimigo; *oufender*, ofender; *anganhar*, enganar; *anfenito*, infinito);

- a inexistência do prefixo *des-*, reduzido a *z-* (ex. *zamprego*, desemprego; *zaparecer*, desaparecer) ou *ç-* (ex. *çcascar*, descascar, *çclarar*, declarar).

A isto há que acrescentar: uma conjugação verbal específica, embora o sistema verbal do mirandês seja semelhante ao do português; os artigos definidos *l* (o) e *la* (a), os pronomes pessoais (*you*, eu) e possessivos (*miu*, meu; *mie*, minha, etc.); modos de tratamento de respeito, específicos e distintos; algumas palavras com género diferente (ex. *la calor*, o calor); advérbios e locuções inexistentes em português (ex. *ende*, *sourtordie*); uma sintaxe com várias características próprias; e bastante vocabulário distinto do português, apesar de haver uma grande continuidade lexical como acontece em todas as línguas de origem latina da Península.

Mas também há semelhanças entre o mirandês e o português, sobretudo o do norte interior, de que se destaca: um sistema de quatro sibilantes (por ex. pronunciam-se diferentemente *cesta*, *sesta*; *maça*, *massa*; *cozer*, *coser*; *beicho*, *beiso*; *trás*, *traç*); ausência de *v*, existindo apenas *b* (ex. *baliente*, *biaige*).

Concluindo, pode dizer-se que o mirandês tem características próprias que o distinguem tanto do português como do castelhano e o filiam nas línguas asturo-leonesas, mas partilha igualmente semelhanças e influências daquelas duas línguas, embora com predomínio da influência do português. Isso em nada afecta a sua autonomia e a sua estrutura perfeita como língua, não sendo uma mistura entre aquelas duas línguas.

A língua mirandesa tem as mesmas características em todo o lado ou apresenta variedades?

Já José Leite de Vasconcellos havia distinguido três variedades dentro do mirandês: o mirandês do norte ou raiano, que é falado em várias aldeias junto à fronteira (raia seca) com Espanha; o mirandês do sul ou sendinês, que é falado na vila de Sendim; o mirandês central que é falado nas restantes aldeias e que foi adoptado como padrão pela Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa. Assim, como qualquer língua, e apesar do seu reduzido número de falantes e da pequena área geográfica onde se fala, também o mirandês apresenta importante variação interna. Das variedades do mirandês, a que apresenta diferenças mais sensíveis é o sendinês, que foi objecto da 1ª Adenda à Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa. Em termos de ortografia, a convenção seguida é a mesma, apenas se permitindo que os sendineses, se o desejarem, possam escrever com *l-* em início de palavra em vez de *lh-* (ex. *luna* / *lhuna*, para a palavra 'lua'). Outras distinções a assinalar, além de aspectos da sintaxe e do léxico: o tratamento de respeito é, no mirandês central e raiano, na 2ª pessoa do plural (*Á tiu Antonho, bós stais an casa manhana a la purmanhana?*), e é, no sendinês, na 3ª pessoa do singular (*Á tiu Antonho, el stá an casa manhana a la purmanhana?*); o sistema de ditongos crescentes, que ora desapareceram em sendinês, ora apresentam outras características; a queda do «g» depois de *-i-* tónico [*ami(g)o*, *fi(g)o*, *tri(g)o*], traço que também se verifica, menos regularmente, em outras aldeias como Constantim e em Paradela; a palatalização de «c» em *-ico* (ex. *cachico*) e de «g» em *-ingo/inga* (ex. *demingo*, *spingarda*), traço que também se apresenta em outras localidades, embora de modo menos regular.

O mirandês raiano, além de algum léxico específico, por vezes com influência castelhana, apresenta *lo* / *la* como artigo definido, em vez de *l* / *la*, e alguns traços similares ao sendinês, como a queda do «g» depois de *-i-* tónico.

Como se dá a transição do mirandês de língua exclusivamente oral a língua também escrita?

A língua mirandesa manteve-se como língua exclusivamente oral até 1884, ano em que José Leite de Vasconcelos publicou o poemário *Flores Mirandesas*, a primeira obra escrita em mirandês. No último quartel do século XIX vários autores mirandeses publicaram obras em mirandês, em particular traduções de autores clássicos e de «Os Quatro Evangelhos», com destaque para Bernardo Fernandes Monteiro, Manuel Sardinha e Francisco Meirinhos. A escrita seguida por José Leite de Vasconcelos era muito complexa, visando expressar toda a riqueza da oralidade, mas um sistema de escrita mais simples foi apresentado por Gonçalves Viana, depois seguido por vários autores. Daí em diante a escrita da língua mirandesa oscilou entre aquelas duas propostas, até que em 1999 é publicada a Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa, cujo projecto esteve em discussão desde 1995.

A Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa foi elaborada, com o apoio de vários falantes, por estudiosos de mirandês e por linguistas dos Centros de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Em 2000 foi aprovada a Primeira Adenda à Convenção Ortográfica e está em discussão pública a Segunda Adenda.

A Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa, e as suas Adendas, veio permitir uma crescente harmonização da escrita da língua, hoje seguida pela esmagadora maioria dos autores que escrevem em mirandês e adoptada no ensino do mirandês nas escolas.

A discussão e investigação em torno da escrita da língua mirandesa ainda não se pode considerar concluída, nomeadamente porque a Convenção Ortográfica e as suas Adendas não abarcam todos os aspectos relativos à escrita da língua. A edição de manuais de ensino, de uma moderna gramática do mirandês (já existe uma gramática publicada em 1900 por José Leite de Vasconcelos) e de um dicionário de língua mirandesa, são também materiais essenciais nesse percurso de normalização da língua.

Carlos Ferreira
